

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA	21
1.1 Organização judiciária romana	21
1.2 A execução de sentença na <i>legis actiones</i>	22
1.3 A execução de sentença na <i>per formulas</i>	24
1.4 Execução de sentença na <i>extraordinario cognitio</i>	26
1.5 A execução de sentença no direito medieval	27
1.5.1 A execução de sentença no direito germânico	27
1.5.2 A execução de sentença no direito comum italiano	28
1.5.3 A execução de sentença no antigo direito francês	29
1.5.4 A execução de sentença nas origens do direito lusitano	30
2 A EXECUÇÃO DE SENTENÇA NO DIREITO COMPARADO MODERNO	33
2.1 Introdução	33
2.2 Portugal	34
2.3 Espanha	37
2.4 França	38
2.5 Itália	39
2.6 Alemanha	39
3 DA <i>ACTIO IUDICATI</i> AO ATUAL CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO	41
3.1 A <i>actio iudicati</i> romana	41
3.2 A abolição da <i>actio iudicati</i> brasileira	43

3.3	Breves considerações sobre a Lei 11.232/05 no que tange à efetividade da tutela executiva.....	44
4	O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E A DEFESA DO EXECUTADO	51
4.1	Linhas gerais sobre o cumprimento de sentença.....	51
4.2	A impugnação como reação típica contra o cumprimento de sentença – introdução.....	57
4.3	A natureza jurídica da impugnação.....	59
4.3.1	Introdução.....	59
4.3.2	Correntes doutrinárias existentes: natureza jurídica de ação, híbrida e variável de acordo com o conteúdo da impugnação	60
4.3.3	Corrente doutrinária defendida: natureza jurídica de defesa.....	64
4.4	Consequências da opção quanto à natureza jurídica de defesa da impugnação.....	70
5	PROCEDIMENTO DA IMPUGNAÇÃO INCIDENTAL	73
5.1	Prazo.....	73
5.2	Efeito suspensivo sobre a execução.....	77
5.3	Forma e procedimento.....	78
5.4	As matérias argüíveis – introdução.....	80
5.5	A decisão que julga a impugnação e seus recursos – introdução.....	81
5.6	Sucumbência – honorários e custas processuais.....	82
6	LIMITES E COGNIÇÃO NA IMPUGNAÇÃO	87
6.1	Cognição limitada e exauriente, conforme a matéria alegada.....	87
6.2	Classificação das matérias previstas em lei e alegáveis na impugnação ..	90
6.3	Matérias legais abordáveis na impugnação.....	91
6.3.1	Falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia (CPC, art. 475-L, I).....	93
6.3.2	Inexigibilidade do título (CPC, art. 475-L, II).....	98
6.3.3	Penhora incorreta ou avaliação errônea (CPC, art. 475-L, III)	99
6.3.4	Ilegitimidade das partes (CPC, art. 475-L, IV).....	100
6.3.5	Excesso de execução (CPC, art. 475-L, V).....	101
6.3.6	Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (CPC, art. 475-L, VI).....	102

6.3.7	Inconstitucionalidade da lei que fundou o título judicial (CPC, art. 475-I, § 1º).....	106
6.3.7.1	Questão polêmica.....	106
6.3.7.2	Natureza jurídica do vício da inconstitucionalidade....	110
6.3.7.3	Alcance do enunciado.....	111
7	RECURSOS CONTRA DECISÃO QUE JULGA A IMPUGNAÇÃO	115
7.1	A natureza da decisão na impugnação e o princípio da correspondência.....	115
7.2	Recursos previstos em lei (CPC, art. 475-M, § 3º).....	119
7.3	Efeitos dos recursos e suas consequências.....	122
8	EFEITOS DA DECISÃO QUE JULGA A IMPUGNAÇÃO	125
8.1	Sobre o conceito de coisa julgada (material).....	125
8.2	A decisão que julga a impugnação e a coisa julgada.....	128
8.3	Classificação das espécies de eficácia das decisões judiciais.....	130
8.4	Efeitos (eficácia) da decisão que julga a impugnação.....	133
8.5	Possibilidade de ação rescisória.....	138
9	OUTRAS FORMAS DE DEFESA DO EXECUTADO	143
9.1	Introdução.....	143
9.2	Defesa incidental.....	145
9.3	Defesa endoprocessual – subsiste a exceção de pré-executividade? ...	146
9.4	Defesa heterotópica.....	152
	ANOTAÇÕES DE CARÁTER CONCLUSIVO	157
	REFERÊNCIAS	165
	ÍNDICE ALFABÉTICO	173